

O Interesse Português na Bacia do Atlântico

Talvez seja rigoroso considerar que o interesse português na Bacia do Atlântico se inscreve no interesse do Ocidente a que pertencemos, e que progressivamente vê adensar as redes de interdependência de todos os Estados das margens desse Oceano, quer nas épocas de progresso, quer nas épocas de decadência.

Suponho que nesta data enfrentamos uma época de decadência, que parece um destino comum a todas as civilizações, como proclamam estudiosos desde Toynebee a Barreau e Bigot.

Lembremos, em primeiro lugar, que a raiz desta realidade cultural e política é grega, que Alexandre disseminou a civilização grega pela Eurásia, que a Índia foi marcada pela sua presença, mas foi “tipicamente grego: humanista, nada supersticioso, homossexual”, mas “estava convencido de que era o portador da civilização”, no julgamento de Barreau e Bigot.¹

Mas se esta primeira mundialização se dirigiu para os povos orientais, o mundo oscilou para o Ocidente, militarmente pela mão de homens com projetos diferenciados, como Aníbal e Cesar, vencendo a estruturada área do



POR
**Adriano
Moreira**

Presidente do Instituto de Altos Estudos da Academia das Ciências de Lisboa.
Presidente do Conselho Geral da Universidade Técnica de Lisboa

Império Romano, depois com o judeu-cristianismo a fixar fronteiras que não tinham linhas marcadas pela geografia, mas sim pela cultura.

Ficaria até hoje vigente a contradição, interna, frequentemente explodindo em conflitos militares gravíssimos, causada pelo facto dessa unidade cultural, unidade que não foi ignorada pelo resto do mundo, comunicar com projetos múltiplos com o pluralismo das nações, das etnias, das línguas, mas também dos in-

teresses privativos de cada Estado, quer durante o longo período do Ocidente dos Reis, quer no período que vivemos do *Ocidente dos Povos*.

Homens de profunda visão, como Victor Hugo, proclamaram a necessidade de uma cidadania europeia: o nosso século XX, com duas guerras chamadas mundiais, mas que foram guerras civis europeias, deu mais uma vez razão ao escritor e à longa teoria de projetistas de paz, dos quais se destaca Kant, o mestre do futuro que ainda não conseguimos construir.²

Nesta construção do Ocidente, dá-se uma convergência radical, na qual Portugal teve uma intervenção definitiva, que foi aquilo que por vezes chamo a construção do Império Euromundista, porque o Mar se tornou num elemento essencial da Europa da frente marítima atlântica. Como tem sido observado, no decorrer do século 15.º e 16.º, são as grandes descobertas marítimas, em que

participa Espanha, que lançam os fundamentos desse Império, ao mesmo tempo que o pluralismo interno europeu, que deixei referido, acolhe simultaneamente o desenvolvimento da Renascença, a imprensa, a reforma e consequentes lutas religiosas, com divergências que ainda hoje, século XXI, se manifestam.

Mas sem essa expansão marítima, que criou a ilusão da mundialização do europeísmo cultural, e assegurou por longo tempo a supremacia mundial do Ocidente, este não abrangeria hoje os Estados Unidos da América, o Canadá, os países latino-americanos, o Brasil que é uma das maiores doações feitas ao mundo pelos portugueses, mas sempre fazendo explodir, de tempos a tempos, a sua estrutura interior, como aconteceu com as fatais guerras civis, chamadas mundiais, de 1914-1918 e 1939-1945, com o Atlântico a servir de lago ocidental.

Se os países europeus da orla marítima - Holanda, França, Bélgica, Espanha, Portugal, e depois os que nasceram ocidentais na outra margem do Atlântico, fizeram do Mar Atlântico parte do seu interesse estratégico nacional, de facto Portugal fez do Mar um elemento da sua própria identidade e ação, como sonharam os que nunca se enganaram, isto é, os poetas, desde Luís de Camões a Fernando Pessoa. São estas duas guerras mundiais, e aquela ambição euro-mundista, que suponho interessarem especialmente ao nosso tema de hoje, quando a descolonização tornou mais que evidente que é o Ocidente que está em causa, que o Lago é económica, política, e estrategicamente fundamental para resistir à erosão em curso.

Um Estado com a pequena dimensão territorial e populacional, e de terra avara, como Portugal, deve à sabedoria do Conselho de Estado, em que se traduziu o diálogo e decisão, na reunião de D. João I com seus filhos, o procurar no “Mar salgado pelas lágrimas de Portugal”, o espaço necessário à dimensão dos seus sonhos, traduzidos num projeto estratégico bem servido, na execução, pela sociedade, pela inteligência dos governantes, pelos recursos disponíveis, e pelo avanço político em relação aos parceiros europeus, No recuo ocidental do século XX, a situação geográfica do território colocou o Mar na condição de elemento fundamental da organização do Lago Atlântico, não na posição peri-



férica difícil de definir em globalismo.

Feliz na produção de heróis, de sábios, de missionários, de lideranças militares, também fomos vítimas de vícios que obrigam a ler o *passivo das virtudes* em *O Soldado Prático* de Diogo de Couto, experiente dos defeitos.

Uma sabedoria, imposta pela experiência, foi a de que Portugal sempre necessitou de um apoio externo à relação entre a grandeza do seu *conceito estratégico nacional* e a dimensão dos seus recursos financeiros, económicos, e humanos: a Santa Sé foi o seu primeiro apoio solicitado por D. Afonso Henriques, a custosa Aliança Inglesa foi o segundo para a consolidação a partir da segunda dinastia dos Ínclitos Infantes, e finalmente a União Europeia foi a última depois do desfazer do Império Euro-mundista, e sem qualquer alternativa.

Entre debilidade de recursos e defeitos, é certo que dos Impérios, o da Índia terminou em Alcácer Quibir e este Estado estava falido; o segundo Império, acabou com a Independência do Brasil, e este Estado aqui estava falido; o terceiro Império, o da África depois da Conferência de Berlim, acabou com o fim do Império Euro-mundista, com a Revolução de 1974, e, neste caso, a fronteira da pobreza foi subindo do Sul do Sara para o Norte do Mediterrâneo, e nesta entrada do Milénio vários Estados europeus, a Grécia de origem, a Itália do esplendor renascentista, a Espanha da vizinhança de nosso inimigo íntimo, a Irlanda da missionação da Europa, e com tendência para alargar a situação, estão já abrangidos pela fronteira da pobreza.

Do outro lado do Atlântico, onde o sol morre, os EUA começam a sentir que uma superpotência necessita, para o ser, de reunir o poder militar e o poder económico, e mostram que regressam a dar predominância a princípios historicamente incluídos no seu conceito estratégico nacional: o destino manifesto, que os levou para o West e para o Pacífico; a convicção de serem a Nação indispensável, a casa no alto da colina; destinado para manter a ordem no continente americano. Talvez cometendo o erro comum de uma potência imaginar que ainda mantem a supremacia quando já está no declínio, talvez o esquecimento de que foi o Atlântico que os chamou à realidade dos combates que encheram os cemitérios da Normandia dos corpos de jovens americanos em luta pelos valores ocidentais. Talvez à evidência de que o Lago Atlântico não é uma retaguarda, é uma frente económica, e também de segurança.

Os fundadores da União Europeia, tal como os que foram os pais da ONU, tiveram sobretudo em vista as guerras mundiais, que, na mesma geração, por duas vezes dizimaram a vida, as esperanças, os bens, as pátrias, de milhões de homens. Não lhes ocorreu, nem é fácil encontrar menção na longa teoria de utopistas da paz ocidentais, que fosse a crise económica a futura possível destruidora dos objetivos que animaram os sonhadores dessa paz interna dos ocidentais.

A exploração económica foi evidentemente uma das facetas do colonialismo que sempre usou o recurso às armas, mas os projetos da paz que herdamos, que inspiraram alguns dos estadistas, não era desse erro que de regra se ocupavam, era do recurso às armas para impor as diferenças de interesses entre ocidentais, muitos deles componentes da fileira de colonizadores.

Todavia, e depois de meio século de guerra fria, são as finanças e a economia que se mostram responsáveis pelas calamidades também mundiais como as grandes guerras passadas, e embora os gestores do credo do mercado sejam discretos na identidade, existem sinais de que não são necessariamente governantes, detentores de um poder militar assustador. Por meados do século XX fomos avisados, pela ONU, de que existiam duas ameaças temíveis: as armas atómicas e a fome. Paulo VI também o disse quando proclamou na ONU que o

desenvolvimento era o novo nome da paz: a segunda ameaça está em curso.

De facto, se os EUA dão mostras de estarem em perda da posse simultânea do poder estratégico militar e do poder financeiro, embora estejam entre as causas da tragédia, não dão mostras de sentirem um temor igual aos dos europeus perante a situação calamitosa em que sucessivamente se vão abalando as componentes da solidariedade da União, com uma já espécie de Liga do Norte a supor-se salvaguardada, no que é de admitir que mais imagina do que se informa, impondo remédios que afundam as condições de vida dos povos abrangidos pela pobreza, mas sem cuidar em resolver os problemas de desgoverno da União.

É evidente que reparar o desgoverno, que se traduz em que vozes isoladas se sobrepõem aos fracos órgãos institucionais, é por isso mesmo uma tarefa difícilíssima, segundo a experiência sabida dos tempos, sobretudo porque não apareceram as lideranças inspiradas e inspiradoras que honram a memória de governantes pelo poder da criatividade.

É necessário dar espaço a essas vozes, não admitir como sendo um caminho aquele que adotaram o G7 (EUA, Canadá, Japão, Inglaterra, França, Alemanha, Itália), no intervalo acrescentando a Rússia, desmantelada a URSS, o G8 sem a China e sem a Índia, e finalmente a ambiguidade jurídica e institucional do G20.

Tudo enquanto as Nações Unidas parecem tender para serem um Templo de orações a um Deus desconhecido, porque, não obstante os talentos que por ali passaram, e a obra realizada pelas organizações especializadas, os seus objetivos são pouco servidos pelos recursos que lhe são devidos, as representações nos órgãos supremos, sobretudo no Conselho de Segurança, não são correspondentes à capacidade desses membros mais em vista pela majestade que formalmente lhe foi reconhecida, e entretanto, os chamados países emergentes ainda não parecem ter voz para que finalmente se proceda à reforma que muitos exigiram logo a seguir à fundação.

Admitindo que os governos mais em vista sabem do que falam quando invocam o globalismo, também não deviam ter dificuldade em admitir que sem governança não lhe regularão a evolução e as consequências dela, e que sem tal regulação é difícil que o regionalismo



Os fundadores da União Europeia, tal como os que foram os pais da ONU, tiveram sobretudo em vista as guerras mundiais, que, na mesma geração, por duas vezes dizimaram a vida, as esperanças, os bens, as pátrias, de milhões de homens

necessário, de que a União Europeia é o exemplo mais sonhado, também não encontrará facilmente o caminho de reformular a sua própria governança. E vista a omissão, os riscos mundiais que se acumulam, incluindo a proliferação nuclear, mais os desastres naturais e técnicos, e a pobreza, fazem entretanto lembrar que o regresso à reinvenção de uma nova ordem foi no passado antecedido dos desastres chamados guerras mundiais.

Não apenas os grandes doutrinadores do pacifismo, mas também os que tiveram o encargo de governar nesses tempos difíceis, e cujos nomes são pouco lembrados, procuraram instaurar uma paz duradoira. É difícil, mas indispensável, tentar perceber que erro foi cometido, para que o risco não se repita.

Posto isto, e para averiguar a relação de Portugal com a Bacia do Atlântico, talvez ajude lembrar que, no globalismo em que vivemos, e cuja definição é ainda incompleta para fundamentar as análises, pelo menos julgo que podemos aderir aos que identificam três correntes na área dos poderes designadamente atlânticos: o da *sociedade civil*, que começa a ser transfronteiriça, e não necessariamente dividida ideologicamente em partidos e nacionalidades; o poder governativo, exercendo uma soberania que muda de definição com o tempo, mas mantém a desigualdade efetiva dos Estados; e a cir-

cunstância internacional, cada vez menos autêntica na relação dos factos com os tratados, e cada vez menos transparente na identificação dos poderes efetivos, designadamente na área financeira. Estes três fatores deveriam ser articulados e cooperantes para conseguir uma ordem global visível e confiável, mas de facto entram com frequência em disfunção, repetidamente na área atlântica.

Enfrentando esta circunstância, Portugal sofreu uma evolução que lhe retirou a sua parcela no Império Euromundista, e depois de ser envolvido pela ilusão novoriquista que atingiu os governos ocidentais, sofreu uma decadência acentuada: tal como mostraram as guerras de 1914-1918 e de 1939-1945, sofre frequentemente os efeitos de causas em que não participou, e desta feita, em completa inocência, acentuou-se a condição de país exógeno; depois, a política neoriquista, que preferia chamar neoliberal, cedo evidenciou que a relação entre *recursos* e *objetivos* era negativa, e o Estado tornou-se exíguo; finalmente, quando esta situação última se agravou, entrou em situação de resgate e de facto na situação de *protetorado*, em que se encontra.

A anarquia do sistema internacional, que até hoje não levou a convocar o Conselho Económico e Social da ONU, fê-lo submisso à ganância financeira de que o PNUD se lamenta há muito em nome dos países pobres, o sistema europeu, formalmente definido no Tratado de Lisboa, dá sinais inquietantes de ambições diretórias de má história.

Sendo impossível, pela lição do passado de séculos, deixar de ter um apoio externo, nesta data, a crise ou falência do projeto europeu significaria que a Europa deixaria de ter voz no mundo, e a sua fronteira da pobreza tornar-se-ia mais abrangente rapidamente.

Admitindo que os esforços em curso não fraquejem nesta necessidade de desmentir os que vaticinaram a final decadência do Ocidente, Portugal tem uma relação com o Mar inevitável, tem janelas de liberdade que o Mar lhe oferece, e riscos que partilhará mesmo que não interventor nas causas.

Quanto às *janelas de liberdade*, que as obrigações europeias não fecham, temos em primeiro lugar, não apenas os agora e finalmente anunciados e mostrados projetos que dizem respeito sobretudo ao turismo, ao desporto, até à

alimentação, mas outros, por ordem, que pode ser considerada aleatória:

1.º CPLP: o projeto da CPLP, uma realização que não tem equivalente conseguido por qualquer dos restantes países da antiga frente marítima atlântica, colonialista, e parte do Império Euromundista; todos os Estados que a compõem são marítimos, são pobres com exceção crescente do Brasil, falam a língua, recebem na sua cultura específica a parcela da maneira portuguesa de estar no mundo que assimilaram. Atrevo-me a sugerir que uma Bandeira da CPLP no domínio do transporte e economia marítima seria uma experiência animada pela experiência da vitória do fraco contra o forte que temos verificado;

2.º A Plataforma continental: nos últimos tempos, uma intervenção jornalística tem mostrado a importância do Mar para as iniciativas económicas relacionadas com o Mar, mas seria conveniente que constem dos programas de governo a expressão do conhecimento e apoio da investigação e saberes obtidos, não apenas por instâncias diretamente ligadas à Administração Pública, mas pelas Universidades, em que se destacam as dos Açores, Aveiro, Algarve, além dos cursos professados designadamente nas Universidades que organizaram cursos relacionados com a Estratégia. A riqueza que é já conhecida vai exigir recursos financeiros e iniciativas que consigam impedir todas as situações que, no século XIX, levaram às Companhias Majestáticas, e à imagem de Portugal como colónia da Inglaterra.

Vejam agora alguns perigos que ameaçam os interesses de Portugal nesta relação com o Mar, tentando igualmente uma breve enumeração:

1. CPLP: possuímos elementos institucionais suficientes no sentido de reelaborar uma relação fortalecida com o Brasil neste século XXI, não tendo qualquer obstáculo a que a sua liderança do consenso progrida, e que o interesse não diminua em função dos *regionalismos* que estão a formar-se na América do Sul, lembrando como que profecias do Abade Correia da Serra. Surgem sinais, como o esquecimento da tradicional visita do Presidente eleito do Brasil a Portugal, onde era sempre triunfalmente recebido, a evidente diminuição da importância da sua representação diplomática em Portugal, o decréscimo da emigração, a

debilidade do apoio à ação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, sinais que não são apagados pelos investimentos de Portugal no Brasil, nem pelas visitas do antigo Presidente Lula aos restantes países da CPLP pedindo desculpa pelo passado (que foi todo português), nem pela ilusão de que Portugal é uma porta de entrada do Brasil para a Europa porque ele tem abertas todas as portas, designadamente das abertas, para o seu património cultural, além dos ameríndios e africanos, por alemães, italianos, japoneses. Há uma batalha diplomática a travar, um risco a enfrentar.

2. Segurança: despontam depois alguns perigos evidentes: a experiência da primeira guerra mundial de 1914-1918, que já referimos, e em cujas causas não tínhamos participado, não impediu as dificuldades militares em Moçambique e Angola, para além do 9 de Abril em França, e a segurança naval no Atlântico foi portanto afetada, ficando de lembrança a morte heroica de Carvalho Araújo no Mar, e a morte do Soldado Milhões, com a Torre Espada e a miséria, em Trás-os-Montes.

Na segunda guerra mundial, de 1939-1945, a famosa *neutralidade colaborante* de facto começa com um *ultimatum* dos EUA que a Inglaterra ajudou a transformar num acordo baseado na Aliança, criando uma categoria jurídica que não voltará a repetir-se, e que não foi invocada para Timor invadido e destruído pelos japoneses.

A crise financeira mundial, que atinge também os EUA, presente nas causas e nos efeitos, já tem reflexos nos Açores, e a nossa reação tem de ser cautelosamente medida, não apenas para tentar atenuar os efeitos colaterais, como porque poderão os EUA terem de voltar, como aconteceu, de novo, segundo consta, com o *ultimatum*, no governo de Marcello Caetano, para a guerra do Yom Kippur.

Finalmente, o aumento da criminalidade marítima, a segurança da navegação no Atlântico Sul, virão muito pro-

vavelmente, a exigir uma articulação da segurança com a NATO no que respeita à segurança no Atlântico Sul, e na fronteira da articulação estarão os nossos Arquipélagos e Cabo Verde. Para participar são necessários meios, exigência que pode ser agravada se a chamada *primavera democrática* dos países marítimos do Mediterrâneo exigir uma das classificações democráticas de Darcy Ribeiro, e obrigar a procurar migalhas nos orçamentos da pobreza europeia. Lembremos, designadamente, e em vista do Mali e da Argélia da França, que as nossas reservas de petróleo estão na Alemanha, e as do gás natural estão em Espanha.

3. Plataforma Continental: Finalmente a Plataforma Continental, a maior do mundo. O seu reconhecimento pela ONU estava anunciado para 2013, mas já foi transferido para 2015. Acontece que o Presidente da Comissão Europeia anunciou, em discurso proferido em Portugal, o projeto de definição de um Mar Europeu. No caso de este projeto se concretizar antes da aprovação da Plataforma Continental, logo vem à memória 1890, com todos os países da União a exigirem participação no património então comum. As dificuldades, não apenas de responder, mas de ganhar, serão enormes, e por isso será necessário o reconhecimento atempado, e ainda que depois a questão seja descentralizada para que não aconteça ali o que aconteceu à agricultura comum.

4. Segurança Militar: como dissemos, os EUA parecem por vezes terem retomado o princípio de que o Pacífico é o seu destino manifesto, e o Atlântico é o seu interesse conjuntural. Duas guerras mundiais, os cemitérios da Normandia, e a Segurança do Atlântico Norte e Sul, podem vir a enriquecer a sua memória estratégica, e perceber que a crise é ocidental e não apenas europeia. E quanto a Portugal, a conclusão é que se não for ter com o Mar, o Mar virá ter com Portugal. E o mar será então salgado pelas lágrimas de Portugal, mas com maior dor e nenhum proveito. ■

NOTAS

¹ E Jean-Claude Barreau e Guillaume Bigot, *Toda a história do mundo*, Teorema, Lisboa, 2005, pg.59.

² Victor Hugo, *Pour la Serbie, Actes et Paroles*, in J. Carpentier et F. Lebrun, *Histoire de L'Europe*, Ed. du Seuil, Paris, 1990, pg. 363